

**MUDANÇAS NA FORMA DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E EM SUAS RELAÇÕES
COM O ESTADO**

CHANGES IN PEASANTS REPRODUCTION FROM AND IN ITS STATE RELATIONS

Ana Carolina Gonçalves Leite – USP

carolinavecchia@gmail.com

Erick Kluck – USP

erick@usp.br

Fábio Teixeira Pitta

pitta.fabio@gmail.com

Resumo:

Nesta comunicação discutiremos as transformações nas condições de reprodução dos camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e do Médio São Francisco (Bahia) que foram engendradas, entre outras coisas, pela ampliação do acesso ao crédito; subsídios estatais, como os programas de compra direta; e à renda monetária, proveniente especialmente do recebimento das aposentadorias rurais e do Bolsa Família. Com isso, consideramos a possibilidade de interpretar o atual processo de reprodução camponesa, sobretudo em um contexto que parece ser de uma “recampesinação”, da perspectiva de sua inserção no *processo de reprodução da mobilidade do trabalho*.

Essa problemática justifica a relevância dos problemas a serem desenvolvidos nesse trabalho, cuja formulação resulta das investigações até o momento realizadas no âmbito dos nossos estudos de doutoramento, com camponeses e migrantes, do Vale do Jequitinhonha e do Médio São Francisco, e com bóias-frias que trabalham cortando cana nas usinas do Centro-Sul brasileiro. Nossas preocupações se inserem num debate clássico entre duas perspectivas da Geografia Agrária, uma que afirma a superação do campesinato em função da proletarianização geral da sociedade e outra que afirma a reposição das condições para a reprodução camponesa. A problemática que apontamos, contudo, ao buscar questionar os aspectos de ambas as perspectivas, coloca uma pergunta sobre o caráter da *forma social* pela qual a mobilidade do trabalho se impõe atualmente, tanto aos trabalhadores assalariados, quanto aos camponeses.

Abstract:

On this communication we discuss the transformations on peasant reproduction conditions from Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) and from Middle São Francisco (Bahia) that were fomented by credit access extension; State subsidies; direct bought programs; and money income, from rural retirement and Bolsa Família. Therefore, we interpret current peasant reproduction process, especially in a moment that seems to be of “repeasantry”, from de perspective of insertion on *labor mobilization reproduction process*.

This issue justifies what we discuss on this paper, which formulation is the result from our doctorate researches, with peasants and migrators from Vale do Jequitinhonha and Middle São Francisco and with bóias-frias that cut sugar cane in sugarcane industries in South Center from Brazil. Our concernments are inserted in a classical debate between two different Rural Geography perspectives, one that asserts peasantry overcoming because of society generalization of wage labor and other that asserts the replacement of peasantry reproduction conditions. However we intend to question both perspectives by asking about the social form that imposes labor mobility nowadays, over wage labor and also over peasants.

Palavras-chave: modernização; mobilidade do trabalho; forma mercadoria; campesinato; fetichismo.

Keywords: modernization; labor mobilization; merchandise form; peasantry; fetishism.

Eixo 10. Dinâmicas Migratórias, Mobilidade do Trabalho Rural.

Objetivos

O objetivo desta comunicação é provocar um debate sobre as formas de entendimento relativas ao campesinato e sua “recriação” no momento atual da modernização. Sugerimos, portanto, uma discussão sobre a *forma social* que permite que camponeses se reproduzam atualmente em condições de dependência reificada cada vez mais semelhantes a dos trabalhadores assalariados, num contexto de generalização da mobilidade do trabalho.

Buscamos, com isso, discutir como o atual aprofundamento das relações entre esses trabalhadores e o Estado passou a possibilitar a reprodução camponesa, num contexto marcado pela ampliação da dependência do dinheiro como forma de mediação social.

Referencial teórico

A apresentação do referencial teórico como um momento separado da análise dos processos sociais que nos dedicaremos a discutir, exigência definida pelos organizadores do VI SINGA,

nos parece reiterar uma concepção epistemológica que considera serem os objetos de análise externos aos próprios investigadores que os observam. Assim, os estudiosos da Geografia Agrária contam entre seus problemas atualmente clássicos de investigação o estudo das formas de reprodução e resistência camponesa; as formas de subordinação dos mesmos pelo capital, como, por exemplo, a extração da renda da terra; as relações que envolvem o cotidiano e as formas sociais de representação desses como trabalhadores – também como classe social.

E interpretam essa forma de enunciar os problemas da pesquisa como um avanço (avaliação com a qual concordamos) frente ao antigo método, herdado dos estudos de comunidade inaugurados pela Antropologia Social (mas de algum modo mantido também pelos funcionalistas e pelos estruturalistas), que considerava como objetos do estudo os próprios grupos étnicos ou culturais. Aquela necessidade de pesquisar algumas relações abstratas e gerais, em todos os grupos humanos tornados objetos da ciência, revelava uma pressuposição de que todas as formas de sociabilidade existentes passariam por iguais formas de mediação, variando apenas os conteúdos com que podemos definir, por exemplo, religião, família, organização hierárquica, etc. em cada uma das mesmas.

Assim também foi criticada a perspectiva dos estudos regionais de tradição francesa, que afirmavam serem as regiões não apenas autoevidentes, como também estarem pressupostas as relações que o pesquisador teria de investigar para caracterizar cada uma delas. A busca de uma síntese pela observação da paisagem; a compreensão da mesma como relação do homem com o ambiente, sobretudo no caso das paisagens agrárias; a preocupação com a transformação das mesmas; assim como com a caracterização dos *habitat* produzidos nesses processos de mudança eram os elementos previstos para investigar uma região, bastando ao pesquisador escolher se irá estudá-los, por exemplo, no Vale do Jequitinhonha ou no Médio São Francisco.

Ainda que muito importantes, as críticas apontadas, que contribuíram com a assim chamada renovação do pensamento geográfico, não foram suficientes para assinalar a condição de externalidade em que ficavam colocados os objetos do conhecimento produzidos pela Geografia, inclusive pela Agrária, como apontamos anteriormente. Ou seja, a mudança na orientação dos estudos sobre o campesinato, que passaram a privilegiar os impactos da territorialização das relações capitalistas sobre as condições de reprodução experimentadas por esse(s) grupo(s), não conduziu seus pesquisadores à formulação duma abordagem que permitisse totalizar criticamente inclusive as relações a que os mesmos se encontram submetidos e assim, na condição de personificações, também reproduzem.

A incorporação do marxismo como abordagem crítica também na Geografia fez-se, assim, na maioria das vezes, com a sua redução à condição de teoria e método científicos, instrumentalizados para explicar determinados processos, cujo alcance resulta sempre das disputas na conformação dos campos, entre as diferentes especialidades. Sua potência como crítica da economia política real, a que estamos todos fetichistamente submetidos, foi sendo progressivamente abandonada em favor do positivismo implícito na promessa de explicação da realidade, como discutiremos mais detidamente na seção do texto dedicada ao problema. Tal promessa deve contar consecutivamente com uma metodologia, cuja validade consiste justamente na capacidade de funcionar como uma “lupa” que permite ver melhor o que a realidade efetivamente é.

Ora, mas o marxismo também pode ser pensado como uma perspectiva de crítica total das relações que reproduzem a sociedade capitalista em todas as suas dimensões e, assim, inclusive como crítica da própria ciência e do trabalho, como prática da abstração real por meio da qual cada uma dessas dimensões se reproduz, também a academia ou a universidade. Ou seja, buscamos com nossa abordagem indicar que não existem objetos (muito menos os do conhecimento científico) sem precondições, porque as relações sociais e os conceitos estão ligados. Assim, camponeses e pesquisadores estão sujeitados à mesma razão real do cotidiano.

“Para ambos existem como **matriz a priori trabalho, dinheiro, direito, estado, etc.** É por isso que a ciência, em seu sentido tradicional, não serve. [Apontamos] para a **necessidade da crítica, que assim difere da habitual atividade científica**” (Heidemann, 2010: 26).

Com isso, desejamos ressaltar a constituição objetiva – subjetiva da sociedade capitalista, assinalando ser a mesma, ao mesmo tempo, objeto e sujeito dos processos por meio dos quais se reproduz. Ou seja, buscamos apresentar uma **noção crítica de fetichismo** que permita ultrapassar sua compreensão como mero encobrimento das relações sociais reais, perspectiva que propõe como solução para a questão o emprego de teorias e metodologias científicas apropriadas, que prometem revelar o que se encontra escondido ou oculto.

Na sociedade capitalista, a aparência participa do real e o sujeito se realiza como personificação dos processos sociais que se reproduzem por meio, mas também para além do mesmo (sujeito automático). Assim, advertimos que os estudiosos da Geografia Agrária ou de quaisquer outras relações, mesmo as que não parecem imediatamente sociais, não tratam de uma realidade que lhe é nem externa, nem objetiva. Ao contrário, inserem-se assim no processo de modernização que não assola apenas aos camponeses, mas também transforma as condições de reprodução da sociabilidade em geral. E, igualmente, pensam e agem somente

por meio de uma mesma matriz, que existe conformando o comportamento dos camponeses, mas também as reflexões dos cientistas.

Confrontando a exigência de um referencial teórico positivo e suficiente para explicar os objetivos definidos nesse artigo, de modo a permitir a formulação dos resultados da pesquisa, apresentamos, assim, uma abordagem crítica que não se legitima pela sua acuidade em explicar os elementos empiricamente significantes, da perspectiva da crítica do processo de transformação capitalista do campo brasileiro. Ao contrário, buscamos inicialmente uma discussão histórica e negativa dos fundamentos comuns da submissão generalizada à forma de reprodução da mercadoria, para identificar, partindo desses fundamentos, rupturas e cisões, procurando construir a apresentação crítica de uma totalidade que não é fechada. Ou seja, buscamos a construção de uma abordagem teórica que permita atentar para o processo de subordinação e dominação reificados, compreendendo a importância de uma reflexão sobre as suas particularidades para a crítica do mesmo, e que, assim, nos possibilite afastar-nos da reprodução de uma lógica identitária, atributo do processo de reprodução do valor.

Isso não significa abandonar interlocuções com as abordagens teóricas que se apropriaram parcialmente, no sentido que estamos assinalando, da abrangência da crítica marxista. O próprio problema de pesquisa que desejamos apresentar nesse texto surge da intersecção entre a crítica radical do valor e as apropriações existentes no campo da Geografia Agrária do debate sobre o imperialismo. Confrontadas em um debate que se tornou clássico, essas apropriações correspondem às perspectivas, uma que afirma a superação do campesinato, em função da proletarianização geral da sociedade e outra que afirma a reposição das condições para a sua reprodução. Enquanto a problemática que apontamos, ao buscar questionar aspectos de ambas as perspectivas, sugere uma discussão sobre a **forma social** que permite que camponeses se reproduzam atualmente em condições de dependência reificada cada vez mais semelhantes à dos trabalhadores mobilizados, expropriados ou assalariados (assim como nós, pesquisadores e estudiosos), num contexto que entendemos como o da generalização da mobilidade do trabalho.

Ambas as abordagens indicadas acima vêm sendo enquadradas como correntes ou tendências internas, com as quais a **questão agrária** foi e continua sendo pensada no Brasil (cf. Oliveira, 2003). O paradigma que reúne as duas perspectivas enuncia a tese de que o avanço do capitalismo sobre a agricultura engendra e reproduz a questão agrária como fundamento contraditório do desenvolvimento capitalista no campo, assim como foi afirmado, por exemplo, por Kautsky (1986) e por Lênin (1985). O cerne da discordância entre as abordagens aludidas se refere às distintas perspectivas de superação da contradição que (re)

produz a questão agrária, no processo de superação do próprio capitalismo. Assim, existem diferentes prognósticos tanto com relação ao fim dos camponeses e sua superação pelo operariado como classe revolucionária, como com relação à recriação do campesinato, no seu processo de luta, não apenas pela terra.

Como ressalta Felício (2011), em sua tese de doutorado, o paradigma da questão agrária divide lugar com outro, o do **capitalismo agrário**, que defende que os conflitos produzidos pela imposição do capitalismo no campo podem ser solucionados com o desenvolvimento do mesmo. Suas tendências internas ramificam-se entre os apologetas da agricultura familiar (Abramovay, 1998 e Veiga, 1991) e os do agronegócio (Navarro, 2010 e Silva, 1981). Mas, de acordo com Felício, ambas as correntes apoiam-se nos recursos do método positivista, de modo a enaltecer a hegemonia capitalista e diluir as contradições existentes entre campesinato e agricultura capitalista: “basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando, se integrando no processo produtivo e promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar” (2011: 6).

Com esse texto desejamos refletir apenas sobre as abordagens destacadas no interior do paradigma da questão agrária para, por meio da identificação dos seus limites, discutir a mobilidade do trabalho como termo da subordinação dos camponeses ao capital – sem, contudo, nos aproximarmos do paradigma do capitalismo agrário, objeto de nossas críticas justamente por sustentar uma apologia completa do processo de modernização. Buscando discutir determinados fundamentos das reflexões que organizam essas duas abordagens, discutiremos algumas perspectivas de Lênin, que nos permitem pensar sobre a tese da tendência à proletarização geral da sociedade, além de outras, de Rosa Luxemburgo, trazendo elementos para refletir sobre a reposição das condições de reprodução do campesinato.

Conforme argumentou Lênin (cf. 1980 e 1985), o aniquilamento do campesinato seria um resultado do desenvolvimento das grandes explorações capitalistas. Nesse processo, as condições de reprodução dessa classe seriam esgotadas e os camponeses ou seriam submetidos a um processo de expropriação ou de diferenciação. O fundamento da **expropriação** do campesinato consistiria na perda do seu domínio sobre os meios de sua reprodução, sobretudo suas terras (Lênin, 1980: 64), enquanto a **diferenciação** consistiria na transformação dos mesmos em pequenos capitalistas, cuja produção perderia o caráter natural, em favor do mercantil (1980: 63).

A **proletarização**, quando não resulta imediatamente do processo de expropriação capitalista, decorreria da deterioração paulatina das condições de reprodução familiares, provocada ou pelo endividamento ou pela ausência de progresso técnico.

“Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na **eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura**. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida *apenas* no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de **deteriorização da situação econômica** dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deteriorização se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc.” (Lênin, 1980: 64).

Contrariamente, os camponeses que conseguissem resistir a esse processo veriam o fundamento de sua produção transformado. Ou seja, para o autor, o desenvolvimento capitalista, quando não expropriava o campesinato das suas condições de reprodução, transformava os camponeses – quer queira ou não, quer perceba ou não (1980: 92) – em produtores mercadorias.

“A pequena exploração, ***permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração*** pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc.” (Lênin, 1980: 62).

Conforme argumentou Lênin (1980), nesta modificação consiste o essencial, porque, ainda que o pequeno agricultor não explore o trabalho assalariado, essa “mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno burguês” (1980: 92). Esse produtor não vende sua força de trabalho, mas sim o seu produto, não podendo deixar, como uma classe, de aspirar pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas, o que os torna solidários aos proprietários fundiários, com quem devem partilhar a apropriação da renda: “por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um *pequeno agrarista*” (1980: 92).

Assim, na perspectiva leninista, ou os camponeses integram-se à produção capitalista e sucumbem, por tornarem-se pequenos proprietários, ou não se integram e sucumbem, proletarizando-se. A tendência do desenvolvimento do capitalismo consistiria “na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura” (1980: 64). Contrariamente, a abordagem que afirma não somente a reposição das condições para a constante recriação do campesinato, assim como a necessidade da acumulação primitiva que incide sobre o mesmo para a realização ampliada da acumulação capitalista, baseia-se em grande medida em argumentos discutidos por Rosa Luxemburgo em seu livro *A acumulação de capital* (1985).

Argumenta a autora que o capitalismo não restringiria suas formas de desenvolvimento ao processo de reprodução das relações capitalistas de produção, necessitando também do

contato e da subordinação das relações não capitalistas como momento indispensável da reprodução ampliada do capital.

“Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar **outros compradores** que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, **meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista**” (Luxemburgo, 1985: 333).

A autora formula esses questionamentos partindo de uma discussão sobre a necessidade de realização da mais-valia para a concretização do processo de acumulação. Assim, Luxemburgo (1985) procura compreender as condições de realização das mercadorias num contexto progressivo de **subconsumo**, conformado pela contradição entre poupança e acumulação capitalista, e, por isso, cada vez mais dependente do que a autora identificou como **rendas de terceiros**, provenientes das relações não capitalistas.

Com isso, Luxemburgo (1985) afirmava que a produção da mais-valia apenas culmina no processo de acumulação quando a mesma se realiza, assumindo a forma dinheiro: “somente então, quando se consegue que a mercadoria toda, em seu conjunto, seja alienada por dinheiro correspondente a seu valor, é que se alcança o objetivo da produção” (1985: 12). Para tanto, seria necessária a existência de um mercado suplementar, constituído por extratos ou nações não capitalistas:

“Como possibilidade de obter um **novo capital dinheiro diferente** daquele que circula, no rodízio passando do bolso do capitalista para o bolso do proletariado e vice-versa: A questão é, pois, a seguinte: O capital social total obtém constantemente e sob a forma de dinheiro um lucro total que, para fins de acumulação total, é obrigado a crescer constantemente. Como poderá crescer, então, essa soma, se as partes constituintes nada mais fazem senão um rodízio, passando de um bolso para outro?” (Luxemburgo, 1985: 344).

Ou seja, a acumulação, para se realizar, transformando “quantidades cada vez maiores de mercadorias em dinheiro” (1985: 343), necessita não apenas das rendas provenientes das relações não capitalistas de produção, como, muitas vezes, também dos meios de produção e outras mercadorias, cuja produção não “se [restringe] ao modo capitalista” (1985: 245). Conforme argumentou Luxemburgo, “jamais houve, nem mesmo existe hoje, país algum em que só haja produção capitalista ou só existam capitalistas e trabalhadores assalariados” (1985: 338). Um exemplo utilizado pela autora para ilustrar a referida dependência consiste na importância, para a alimentação da grande massa operária industrial da Europa, do abastecimento de cereais produzidos de modo não capitalista: “para perceber quanto a acumulação capitalista está vinculada efetivamente, no tocante aos respectivos elementos materiais, a círculos não capitalistas” (1985: 245).

“Há diversas formas de economia paralelas coexistindo com o capitalismo, pois, a produção capitalista não é, na verdade, a forma única e exclusiva existente de se produzir. Em todos os países capitalistas e mesmo nos altamente industrializados existem, além dos empreendimentos industriais e agrícolas de cunho capitalista, numerosos estabelecimentos congêneres mantendo uma linha simples de produção mercantil [...], [assim como] as mais diversas formas de economia paralelas, desde as comunistas primitivas até as feudais, agrícolas ou artesanais. Essas formas todas de sociedade ou de produção não só existem ou coexistem em perfeita harmonia com o capitalismo como também se desenvolveram entre elas e o capital europeu um processo intenso e *sui generis* de trocas desde o início da era capitalista [...]. Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção; de garantir, enfim, **o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não capitalistas de produção**” (Luxemburgo, 1985: 334-335).

Com essa última perspectiva, a autora aponta para uma abordagem do desenvolvimento capitalista, cujo caráter expansivo não se limita a sua etapa imperialista, mas configura-se como seu próprio fundamento, solapando as bases da economia natural e implantando em seu lugar as da economia de mercado. Essa abertura na interpretação da autora nos permite questionar, como também faz Rodrigues (2009), se Rosa Luxemburgo defenderia a reprodução ou a recriação do campesinato como produto da reprodução ampliada das relações capitalistas ou se sugeriria uma tendência à substituição dos mesmos por relações capitalistas, acompanhada (por essa mesma substituição) de uma inevitável crise das condições de acumulação dessas relações.

“Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, **da ruína dessas formas**. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas (...). Sob esse prisma, ela **consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação de capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital**. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é **nesse ponto que começa o impasse**. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica – a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da

última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital” (Luxemburgo, 1985: 63).

Com isso desejamos assinalar que, se conforme a argumentação da autora a acumulação primitiva é parte imprescindível do próprio processo de acumulação, não necessariamente dela deriva a possibilidade de recriação das condições para a existência desse processo, ou seja, a recriação de relações não capitalistas de produção. Ao contrário, a impossibilidade de reposição dessas condições pode indicar antes o esgotamento ou a crise das possibilidades de reprodução capitalista, identificados pela autora como características críticas do imperialismo, entendido como período final da trajetória histórica do capital.

Ainda assim, (e talvez justamente em função da centralidade que o debate sobre a acumulação primitiva adquire em sua obra) as reflexões de Rosa Luxemburgo são fundamentos importantes para a perspectiva que afirma a constante recriação das condições de reprodução do campesinato, no debate promovido no interior da Geografia Agrária. Isso porque, para existir constante acumulação primitiva como fundamento no qual se baseia a acumulação, seria necessária a constante recriação de um meio não capitalista a ser expropriado. Com isso, o campesinato resurge, o capital acumula extraindo do mesmo suas rendas (sobretudo da terra) e as perspectivas de crise dessas condições de acumulação não aparecem nos argumentos.

Diferentemente das perspectivas e também das apreensões apresentadas sobre as problematizações desenvolvidas pelos dois autores, buscamos sugerir uma interpretação para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo que ultrapasse a cisão entre as duas abordagens. Especialmente tomando em conta a modernização brasileira e a partir de um debate sobre como a questão agrária foi produzida tanto no Vale do Jequitinhonha, como no Médio São Francisco, não podemos afirmar a proletarianização total da sociedade, nem o completo fechamento da fronteira territorial nacional do capital, como formas centrais da subordinação ao trabalho, sob a pena de sustentar uma afirmação meramente lógica. Contudo, a ideia de uma submissão formal de relações não capitalistas que mantém sua forma social de reprodução inalterada (podendo constantemente ser recriada, sempre que a forma dos conflitos pela apropriação da terra na fronteira permite) não nos parece ser suficiente para pensar nas intersecções existentes entre as práticas dos trabalhadores mobilizados (inclusive as nossas) e as práticas camponesas, sobretudo as que vimos estudando.

Antes de aprofundar a abordagem sugerida, desejamos assinalar esses limites mesmo na perspectiva assumida por Jean Paul de Gaudemar em seu livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977), quando discute a imposição da mobilidade do trabalho como

forma de subordinação ao capital. Conforme argumenta esse autor, a mobilidade configura uma **característica** do trabalho, adquirida pelo mesmo no processo em que foi transformado na mercadoria força de trabalho. Um processo duplo de liberação fundamenta essa transformação: por um lado, os trabalhadores ficam livres de quaisquer amarras que pudessem restringir suas possibilidades de ir e vir, automobilizando-se, por outro lado, são liberados (leia-se aqui expropriados) dos seus meios de (re) produção e de subsistência, tendo que se submeter ao seu processo de mobilização pelo capital como única forma possível de sobrevivência.

“A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a **condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital**, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (Gaudemar, 1977: 190).

A sugestão guarda uma perspectiva de reiteração do trabalho como relação ontológica, ao qual foi apenas imposta uma característica que condiciona as formas de sua subordinação ao capital. Essa abordagem pode ser notada especialmente quando o autor apresenta o aparecimento de uma economia propriamente capitalista no domínio de uma economia mercantil em geral, na qual o trabalho ainda não circula como uma mercadoria entre as outras. Reprodução contraditória do método da economia política como um momento da crítica que revela que a própria produção mercantil apenas pôde se generalizar mediante o desenvolvimento da acumulação primitiva.

Ainda assim, afirmando a perspectiva crítica do conceito de mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) circunscreve todo um conjunto de imposições a que se encontram submetidos os trabalhadores, como condição para a reprodução capitalista, que vão muito além da necessidade de sua mobilização espacial no mercado de trabalho, que somente aparenta ser homogêneo e pontual.

“[A mobilidade do trabalhador] deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho, são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho **adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior**” (Gaudemar, 1977: 194).

Quando se refere, contudo, ao problema do processo de aquisição da mobilidade pelo trabalhador, Gaudemar (1977) retoma as proposições de Rosa Luxemburgo (1985), aqui apresentadas brevemente, afirmando ser a acumulação primitiva parte constitutiva de todo o processo de acumulação capitalista e não apenas um desencadeador da sua imposição. Ou seja, a acumulação de caráter originário não teria esgotado o processo de subsunção real do trabalhador ao capital, motivo pelo qual os setores não capitalistas continuam sendo

progressivamente incorporados, num processo constante e paulatino de expropriação, no qual seus trabalhadores são mobilizados.

“A acumulação dita ‘primitiva’ (e as formas de mobilidade do trabalho lhe estão adstritas) **prossegue como elemento permanente do processo de acumulação. Perde apenas a sua predominância, o seu papel de condição necessária, quando a submissão real do trabalho ao capital é estabelecida num espaço dado; é então determinada pelas necessidades de reprodução do próprio capital; torna-se o elemento ‘exterior’ do aparelho de produção da força de trabalho que o capital requer, ao lado dos elementos ‘interiores’** que são a família, a escola, a formação profissional, etc. [...]. Enquanto o regime capitalista não se apoderou de *toda* a produção nacional, subsiste uma esfera social de acumulação primitiva, uma esfera que executa a passagem da submissão formal (‘dirige pelo menos indirectamente as camadas sociais que se mantêm a seu lado’) à subsunção real (‘e declinam a pouco e pouco com o modo de produção caduco que comportam’). Esta esfera que se vai reduzindo no *interior* do país é substituída pela esfera exterior das relações países que dominam/países dominados para onde o capitalismo só foi exportado mais tarde. À expropriação do camponês interior sucede a do indígena dos países colonizados e, muito rapidamente, a imigração. Assim, a única especificidade da acumulação ‘primitiva’ que justificaria a sua delimitação histórica e conseqüentemente a sua não permanência, seria ter sido pressuposição, condição indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ao seu aparecimento fora das estruturas anteriores, à generalização da submissão real do trabalho” (Gaudemar, 1977: 274-275).

Ou seja, Gaudemar (1977) assinala, por um lado, a continuidade necessária da acumulação primitiva como parte do processo de expropriação capitalista e, por outro, a perda da predominância dessa relação como condição necessária quando a submissão real do trabalho ao capital foi generalizada num contexto dado. A acumulação primitiva persiste, porque persiste a existência dos espaços não capitalistas (cuja separação prossegue numa escala progressiva desde o momento em que se estabeleça o sistema capitalista). Ou, como igualmente assinalou Rosa Luxemburgo (1985), porque dela provém os elementos “externos” necessários para a continuidade da acumulação. Contudo, seu caráter necessário para a constituição das forças de trabalho e de suas condições de subordinação modifica-se: a acumulação primitiva vai sendo adstrita aos momentos em que as condições de investimento do capital adicional exigem um aumento do capital variável, cuja resolução não se pode abreviar ao exercício da mobilidade que permite “pôr mais trabalho em movimento, se for necessário, sem um aumento no número de operários” (Gaudemar, 1977: 354).

Com essas reflexões, mesmo o autor aborda a imposição da acumulação primitiva de maneira pontual, como se fosse desdobrada num espaço cujo caráter homogêneo o mesmo procura criticar. Ou seja, persiste em sua interpretação a capacidade de a acumulação primitiva produzir trabalhadores ou submetê-los a forma real da subsunção, mesmo num espaço socioeconômico produzido pela expansão das relações capitalistas, justamente porque as relações (não capitalistas ou de subsunção formal a que estão submetidos esses trabalhadores)

são pensadas como uma totalidade fechada e apartada da totalidade do capital. Nessa perspectiva, o que possibilita o trânsito entre essas duas totalidades seria justamente a ontologia do trabalho, que permite que trabalhadores autônomos se tornem trabalhadores expropriados, sobretudo por essencialmente serem trabalhadores. A forma social que organiza essas duas totalidades parece ser diferente, ainda que se oculte na análise é possível apreendermos seu fundamento comum: a apologia do trabalho.

Partindo de uma crítica a essa forma de abordagem que organiza também momentos da reflexão proposta por Gaudemar (1977), sugerimos a possibilidade de pensar na reposição da acumulação primitiva, nos contextos de conflitos territoriais e expropriação em que a mesma parece se manter, somente tomando em conta uma transformação total do seu sentido. Assim, buscamos refletir sobre o significado da mobilização do trabalho não caso a caso e de forma pontual, como se pontualmente fosse possível instaurar para uma família ou comunidade camponesa um conjunto de relações que já se encontram pressupostas às suas condições de sobrevivência. Mas buscando uma compreensão sobre o caráter da expropriação e os porquês dos contextos nos quais a mesma acontece, numa sociabilidade na qual o consumo, a monetarização, a inserção no espetáculo, a relação com o Estado e com o direito estão todos generalizados: mesmo para os que têm resguardado seu acesso à terra, para os que lutam pela mesma ou mesmo para os que se inserem nesse universo de maneira totalmente precarizada, sem dinheiro, sem trabalho e sem direitos.

Assim, buscamos subverter os termos com que geralmente a imposição da mobilidade do trabalho foi pensada, não a restringindo apenas ao desenrolar da acumulação primitiva e da expropriação. Atentamos para uma expropriação silenciosa que se manifesta no processo de generalização da forma mercadoria como forma social, fundamento não apenas das condições do camponês de pensar (sobre sua produção), mas também agir, praticar, trabalhar nos termos da equivalência abstrata do valor, a que estamos (todos) submetidos e que buscamos aqui criticar.

Metodologia

A exigência de explicitação de uma “metodologia” conforme desdobramento lógico do referencial teórico, pressuposto do qual se parte para a elaboração da pesquisa científica é, para nós, cerne das críticas possíveis de serem feitas ao papel que cabe ao acadêmico / intelectual capaz de elaborar e interpretar “corretamente” a realidade. Tal forma de procedimento, não por motivos casuísticos, pode ser relacionada à própria forma de proceder

do planejamento econômico, justamente aquele que pretendeu agir sobre um determinado objeto, a saber, o subdesenvolvimento.

Como veremos no famigerado item denominado “Resultados”, foi justamente o planejamento regional aquele a operar sobre particularidades inseridas na reprodução capitalista do segundo e terceiro quartos do século XX, no Brasil, que pudemos criticar em nossas dissertações de mestrado, ao abordarmos o que aconteceu no Vale do Jequitinhonha (LEITE, 2010) e no Médio São Francisco (Kluck, 2011). Em paralelo ao planejamento regional o Estado brasileiro promoveu a modernização retardatária do Centro-Sul agrícola do país, fomentando a expansão da agroindústria, dentre elas a canavieira (PITTA, 2011), instaurando ali altos índices de mecanização.

Vale, e muito, explicitarmos que tais ímpetus do Estado como sujeito do processo histórico foram por nós interpretados como parte do devir do processo de acumulação do capital, em sua relação do geral com o particular, o que nos fazia problematizar o entendimento de sujeito absoluto daquele.

O que aparece a nós como elemento comum tanto do pensamento que se pretende científico – mesmo podendo se pretender apenas interpretativo e pouco propositivo – assim como da aplicação de tal pensamento nos processos de modernização empreendidos pelo Estado, é a relação pressuposta entre concepção mental abstrata, mediação e finalidade. Se o referencial teórico parte da abstração, dele se devem derivar as escolhas dos instrumentais corretos para se apreender o objeto do conhecimento. Estes instrumentais são a própria “metodologia” utilizada.

E tem mais por dizer, o sentido do processo do conhecimento aparece como de escolha própria ao sujeito que conhece – quais objetos estudar, quais metodologias utilizar – assim como aparece no caso das ações modernizadoras promovidas pelo planejamento por parte do Estado Nacional.

A separação entre sujeito e objeto é real e aparente: verdadeira, porque no domínio do conhecimento a separação real consegue expressar o cindido da condição humana, algo que surgiu pela força; falsa, porque a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. Esta contradição na separação entre sujeito e objeto comunica-se à teoria do conhecimento. É verdade que não se pode prescindir de pensá-los como separados; mas o *psêvdos* (a falsidade) da separação manifesta-se em que ambos encontram-se mediados reciprocamente: o objeto, mediante o sujeito, e, mais ainda e de outro modo, o sujeito, mediante o objeto. A separação torna-se ideologia, exatamente sua forma habitual, assim que é fixada sem mediação. O espírito usurpa então o lugar do absolutamente subsistente em si, que ele não é: na pretensão de sua independência anuncia-se o senhoril. Uma vez radicalmente separado do objeto, o sujeito já reduz este a si; o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto. Mas, a imagem de um estado originário, temporal ou extratemporal, de feliz identificação de sujeito e objeto, é romântica; por

longo tempo, projeção da nostalgia, hoje reduzida à mentira (ADORNO, 1995, p. 182 – 183).

Adorno claramente radicaliza ao historicizar a relação de separação entre sujeito e objeto. Estes são formados no processo histórico, o que, por outro lado, não significa que estiveram unidos em um passado “romântico”: a separação é real por expressar algo que contemporaneamente ocorre e falsa por não poder ser hipostasiada, nem romantizada. A possibilidade de dissolução intelectual da separação, enquanto contradição entre os termos, é, para Adorno, ideologia, ou seja, positivação de uma identidade, que não pode ocorrer, já que obscureceria a mediação existente entre ambos.

Não à toa, voltemos à mediação. Se concebemos um planejamento capaz de, por meio de corretas formulações, alcançar uma finalidade positiva, uma relação linear entre meios e fins; ou se pressupomos uma metodologia capaz de apreender objetos a serem conhecidos, estamos escamoteando que tal forma, própria tanto do agir prático, quanto intelectual, foi historicamente determinada, conforme forma da própria mediação social moderna. Assim, não pode ela significar uma capacidade humana de manipulação e controle dos objetos, **conforme pretensão de independência por parte do espírito**, e deve ser reconhecida como o esquecimento de que **sujeito é objeto**.

Marx (1983), no capítulo I de *O Capital*, ao criticar a forma de relação social capitalista, formula justamente como a mediação dos homens pelas coisas, determina, por meio do fetichismo da mercadoria, uma consciência positiva própria ao homem moderno acerca de sua capacidade de produzir os objetos a fim de satisfazer suas necessidades.

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas (...)” (MARX, 1983, p. 71).

A determinação de que para se reproduzir os homens devem se mediar pelas coisas, produzindo-as para vendê-las, ou vendendo sua força de trabalho, para acessar dinheiro e as demais coisas aparece aos homens como capacidade humana de produzir coisas. Vale considerar que o valor se mostra socialmente por meio do corpo da mercadoria, e é justamente o elemento que permite aos homens trocar coisas e força de trabalho, uma **abstração que se realiza**. A necessidade de mediação pelas coisas aparece como identidade entre sujeito e objeto, como inexistência de mediação, como resultado do trabalho humano. O movimento de valorização do valor, como finalidade tautológica do processo social capitalista, baseado no desdobramento das contradições da mediação da mercadoria, é entendido como autonomia humana em relação às coisas. Estas aparecem, assim, como satisfação de tal autonomia e não

como a única maneira do homem se reproduzir, submetido às condições sociais necessárias para fazê-lo.

Aí está o elemento que vincula as formas de planejamento do Estado Nacional e o próprio conhecimento. Um país, a fim de se reproduzir, deve sempre empreender processos de valorização do valor que o levem a acessar mais mercadorias, à custa de não lograr se mediar e se reproduzir, assim como à sua população.

Conforme explicitamos em nosso “Referencial Teórico”, interpretações teóricas acerca de uma essência social capitalista positiva, escondida, e a ser desvendada, mobilizou estudos e pesquisas de caráter crítico marxista, com a intenção de defender determinada classe social da exploração do fruto de seu trabalho. Tais classes puderam ser localizadas tanto no operariado (explorados de sua mais-valia), quanto nos camponeses (explorados de sua renda da terra). Segundo tais perspectivas estas classes seriam as verdadeiras produtoras dos objetos, o que não permitiu que aquelas fizessem a crítica (como possibilidade de superação), das determinações da mediação social por meio das coisas, fundamento da própria dominação social dos homens submetidos ao devir do processo de acumulação.

A crítica marxista que utilizou o “materialismo histórico e dialético” como pressuposto teórico, com metodologias do qual estas derivavam, abdicou de uma **crítica da sociedade do trabalho**, a partir de uma defesa da **restituição aos trabalhadores dos objetos por estes produzidos**. Tais formulações hipostasiaram uma identidade sujeito e objeto a se realizar romanticamente com o fim do capitalismo.

Assim, rechaçamos a formulação acerca de um instrumental metodológico, mas sim, como viemos intentando, explicitamos a necessidade de **negação da lógica identitária**, por meio da crítica da forma da **mediação social** que fica apagada quando da formulação de uma identidade sujeito-objeto. A própria formulação acerca de um instrumental metodológico que permita acessar os objetos, identificando-os ao sujeito do conhecimento, é o obscurecimento daquele como mediação, própria das determinações de uma sociedade produtora de mercadorias.

Para nós, ressaltar a mediação significa a possibilidade de crítica ao seu próprio devir, ao qual os homens estão submetidos apesar de parecer a estes que são livres. A dicotomia entre liberdade e necessidade é aqui imanente ao capitalismo, não podendo conseqüentemente ser hipostasiada. A compreensão da transformação nas relações de produção conforme desdobramentos das contradições do capitalismo nos permite, assim, desdobrar concretamente a negação como forma da crítica.

A crítica, sob a crise do processo de acumulação capitalista, deve, por sua vez, assumir um caráter particular. Tal crise não diz respeito apenas aos fenômenos de recessão que o centro do capitalismo apresentou a partir de setembro de 2008, com as falências de suas instituições financeiras. Isto porque para nós se faz mister empreender a negação do valor – produto do trabalho – como resultado do processo histórico, ao invés de afirmá-lo como capacidade ontológica ao homem. Por meio da crise desejamos ressaltar seu caráter socialmente constitutivo.

Após a década de 1970, os processos de automação da produção capitalista promoveram a diminuição do número de trabalhadores no processo produtivo. Concomitante e relacionado a tal processo, a criação fictícia de dinheiro nos mercados de capitais e sua necessidade para a produção concreta de mercadorias estabeleceu o que poderíamos explicitar como inversão nas determinações do movimento da acumulação capitalista. O capital a juros, próprio ao capital financeiro, adianta ao presente promessas de valorização capitalista futura, assim como hipostasia ao futuro a necessidade dos homens trabalharem para pagar suas dívidas. O problema está em que o processo de valorização, ao mesmo tempo, depende destes adiantamentos, que crescem cada vez mais, retroalimentando a hipostasia (KURZ, 1999)

Desta maneira, a própria forma da mediação social, reificada nas mercadorias, é ficcionalizada no presente, sem nunca deixar de passar pela materialidade da coisa, forma de consciência da **lógica identitária**. O pensamento que afirma o trabalho como realização positiva da lógica identitária poderia, ao invés disso, se atentar à mediação e à totalidade do processo social. Nesta totalidade, trabalhadores com acesso parcial aos meios de produção, como os chamados camponeses, não deixam de estar mediados, de maneira particular, pela forma mercadoria como forma da mediação social. Sua inserção na totalidade se passa conforme os desdobramentos contraditórios desta e assume também formas particulares no momento de sua crise. Estes acessam o crédito pessoal e recebem políticas públicas e créditos subsidiados do Estado brasileiro, o que os permite se reproduzirem em suas terras, ainda mais porque não conseguem mais se assalariar, como antes o faziam principalmente nas lavouras canavieiras do Centro-Sul do país, que passaram por mecanização extrema do corte de cana-de-açúcar.

A crise de acumulação, fundamentada na incapacidade do valor se valorizar por meio da exploração do trabalho, permite que critiquemos o próprio trabalho que não deve ser entendido como ontológico ao homem. Conseqüentemente a isso, a destruição do capitalismo subentenderia a suplantação de sujeitos e objetos, o que está muito longe da promoção de uma

identidade dos termos antagônicos. Isto é muito diferente da defesa de uma determinada mediação, mesmo que esta apareça como metodologia científica.

Resultados

Desejamos inicialmente destacar que criticamos a reposição do campesinato como uma totalidade apartada, ainda que submetida ao processo de modernização capitalista, sobretudo sua reprodução no Brasil durante a República Velha, momento que antecedeu a formação de uma classe trabalhadora e um mercado de trabalho nacional no país, em nossas dissertações de mestrado (cf. Leite, 2010; Kluck, 2011 e Pitta, 2011). Nesses textos, investigamos processos de expropriação movidos pelo planejamento regional estatal nos anos de 1960 e 1970, no Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco, que teriam sido responsáveis se não por aniquilar, ao menos por precarizar substancialmente as condições de reprodução de um campesinato que (em tese) teria se constituído e se reproduzido de maneira mais ou menos autônoma nessas regiões.

Nos limites do escopo desse artigo, não retomaremos detalhadamente os argumentos que podem ser consultados nos referidos textos, mas desejamos encetar uma nova problematização, partindo da discussão apresentada a seguir, desenvolvida nos mesmos. Investigamos algumas formas de reprodução do trabalho livre determinadas, como assinalou Martins (2000), pela produção direta dos meios de vida, num contexto subsequente ao fim da escravidão no Brasil: o regime de agregação no Vale do Jequitinhonha (Leite, 2010) e a parceria, a ajuda mútua e o uso comum das terras no Médio São Francisco (Kluck, 2011). Buscamos interpretar a instauração e o desenvolvimento dessas relações no processo de modernização e mobilização do trabalho no território nacional em formação, no qual a situação de expansão da fronteira exigia o emprego da violência extraeconômica como condição da imposição do trabalho.

Assim, não nos interessou discutir somente a forma como o trabalho dos camponeses era submetido pelo processo de extração da renda fundiária (que aparecia como uma economia que o fazendeiro podia fazer quando não tinha que pagar salários aos trabalhadores por ele empregados), possibilitando uma acumulação de capital cujo caráter foi apresentado como marcadamente comercial. Nem criticar apenas a necessidade, imanente àquele processo de modernização, de “[transformar] as relações de produção como meio para preservar a economia colonial” (Martins, 2004: 13): a bastante comentada necessidade de mudar para manter.

O debate que articulou as perspectivas acima indicadas anunciava como um dos seus principais argumentos que a produção de mercadorias no Brasil continuara submetida ao

comércio (primado da circulação), atendendo tanto aos interesses tanto dos agraristas e latifundiários nacionais, como dos imperialistas ingleses e, posteriormente, norte americanos, que subordinavam as preocupações dos primeiros. E que a produção capitalista de relações não capitalistas ocorreria justamente “onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio” (Martins, 2004: 21).

Antes, buscamos discutir, ao invés de simplesmente afirmar que a formação das condições necessárias à realização da acumulação capitalista “[apoiada] em seus próprios pés” (Marx, 1984, cap. XXIV: 262) ainda não tinha se realizado e que a acumulação primitiva tampouco havia se completado, como as referidas relações participaram do processo de imposição dessas mesmas condições. Assim, estudamos a reprodução do campesinato durante a República Velha no Brasil, compreendendo as relações de trabalho que submetia os camponeses para além da sua importância no processo de acumulação de fazendeiros e imperialistas.

Pensamos essas relações como momentos da acumulação das condições para a imposição de uma forma de subordinação do trabalho que possibilitasse à violência ficar restrita apenas à sua dimensão econômica. Os termos dessa reflexão, apresentamos discutindo o processo de formação da superpopulação relativa no país. Como momento constitutivo do processo de acumulação dessa sobra relativa de trabalhadores, encontramos uma forma de territorialização que pressupunha o emprego da violência como mecanismo de imposição do trabalho, uma vez que a mesma ainda não podia ser reduzida ao exercício da dupla liberdade pelo trabalhador (cf. Leite, 2010 e Kluck, 2011).

Assim, estudamos a criação da CODEVALE e do Distrito Florestal no Vale do Jequitinhonha (Leite, 2010) e a criação da CODEVASF no Médio São Francisco (Kluck, 2011), o planejamento regional e seus incentivos fiscais, projetos de irrigação, eletrificação, construção de estradas e cessão de terras devolutas para a instalação de empresas de capital nacional e internacional, impondo a expropriação do campesinato regional. Mas problematizamos também o sentido das relações cujo aniquilamento foi mediado por essa intervenção estatal, interpretando-as como parte do processo de modernização regional que permitiu a superação daquelas formas de acumulação coronelistas.

Esse processo, que apresentamos como de formação nacional da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977), não pode ser entendido, não obstante, como generalização da proletarização ou do fechamento da fronteira nas comunidades estudadas (Leite, 2013), sob o risco de incorrer na reprodução da lógica dedutiva que desejamos criticar: mesmo com a expropriação de muitos camponeses, tanto no Vale do Jequitinhonha, como no Médio São

Francisco, outros conservaram suas possibilidades de manutenção e recriação das pequenas propriedades e posses, mesmo tendo transformadas outras de suas condições de sobrevivência.

Dessa autocrítica, partimos para discutir as formas atuais de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco, num contexto que acreditamos ser de generalização da mobilidade do trabalho, mesmo nos casos em que a expropriação (pontualmente) não ocorreu, conforme o debate apresentado no referencial teórico. Para tanto, prosseguiremos discutindo algumas situações atualmente experimentadas pelos camponeses das comunidades estudadas, procurando elementos para problematizar a imposição do dinheiro, da mercadoria, do direito e do Estado como formas fundamentais da mediação social a que os mesmos se encontram submetidos.

Todos os dias passados na comunidade de São Pedro do Alagadiço¹ fomos acordados pelo rádio que despertava a todos com o programa *Manhã Sertaneja*, da *Aranãs 105.3 FM*, de Capelinha. Com a localização da comunidade, o sinal eletromagnético provinha mais fortemente desse último município do que do de Minas Novas, onde essa comunidade conforma, ao lado de outras, a Fazenda Alagadiço. Igualmente, o fim da “novela das oito” marcava o fechamento das portas e janelas de quase todas as casas da comunidade, indicando que o dia havia terminado e as visitas já não eram bem-vindas, porque chegara a hora de dormir. Por fim, se escutavam alguns poucos barulhos dos animais criados no terreiro, que reagem quando a família apagava a lâmpada que ilumina o lado de fora da casa, seguidos do silêncio noturno unicamente interrompido pelo barulho das motocicletas que por vezes passavam na pista localizada acima da casa e pelo programa de rádio, que no dia seguinte nos despertava outra vez. O tempo então passava com toda a sua objetividade fantasmagórica, indicando um cotidiano marcado por um ritmo para a reprodução familiar não apenas repetitivo, mas também externo e abstrato.

Essa marca da imposição do tempo abstrato era novamente evidenciada nos conflitos existentes entre os pais do professor de filosofia da rede municipal de Minas Novas, que tinham me recebido em sua casa, nessa comunidade. As atitudes tomadas pelo patriarca mediante o recebimento recente da aposentadoria contrariavam cotidianamente sua esposa, que reivindicava ao mesmo que prosseguisse trabalhando para ajudar a sustentar a última de suas filhas que tinha saído de casa para concluir os estudos secundários em Capelinha e trabalhava como vendedora numa loja, com uma remuneração insuficiente para sua

¹ Pesquisa de campo realizada durante os meses de maio e junho do ano de 2012, nos municípios de Minas Novas e Capelinha, ambos localizados em Minas Gerais.

manutenção na cidade. O aposentado levantava cedo, diariamente, com o horário do rádio, tomava o café preparado pela esposa para depois se transferia para a sala, onde deitava no sofá para assistir televisão, enquanto a companheira saía para trabalhar como camarada na colheita de café de uns compadres seus, moradores da comunidade vizinha de Quilombo.

Os dias que passamos na comunidade de São Pedro do Alagadiço revelaram igualmente a presença marcante dos eletrodomésticos na reprodução daquelas famílias: eram rádios, televisores, aparelhos de DVD, toda qualidade de equipamentos de cozinha, inclusive um fogão novo alojado na cozinha de dentro da casa, que havia sido calçada com as cobiçadas cerâmicas numa reforma recentemente realizava. O utensílio deveria continuar sem uso durante bastante tempo, pois todas as refeições continuavam sendo preparadas no fogão de lenha, existente numa cozinha localizada fora da casa, onde passamos muitas noites de conversa, quase sempre interrompidas pelo horário do início da novela.

A ampliação do consumo de novos objetos e utensílios que não estavam presentes anteriormente no cotidiano daquelas famílias camponesas também foi notada nas comunidades visitadas nos Brejos do município de Barra². Com a crescente expansão da eletrificação rural e da construção de estradas transformaram-se as condições materiais de acesso às mercadorias. São comprados engenhos de ferro, materiais de construção como azulejos, telhas e pias, bombas d'água, eletroeletrônicos, móveis e motos, para a entrega dos quais se paga o frete para um caminhão que realiza entregas (especialmente no caso de objetos maiores, que não podem ser carregados nas mãos ou em sacolas).

Mas não apenas as condições materiais: também as relações sociais que organizam o acesso às coisas transformaram-se. Um morador do Brejo do Barbosa trabalha vendendo DVDs de shows e jogos para videogame em sua comunidade e nas do entorno. Ele viaja a cada quinzena para São Paulo, cidade onde adquire os eletroeletrônicos que revende. Além da recente eletrificação rural, diz que suas vendas foram estimuladas pela garantia de poder vender a prazo para os moradores que recebem a Bolsa Família, pois os mesmo sempre têm condições (monetárias) de quitar com ela as promissórias. Isso acontece também com os idosos que recebem a aposentadoria rural. Com o dinheiro obtido nesse trabalho, o posseiro mantém a produção em sua parcela, em que produz contratando a diaristas.

Em muitas comunidades localizadas nos municípios do Vale do Jequitinhonha, a presença de diaristas cultivando as roças também se tornou constante, sobretudo com o advento da monetarização possibilitada pelo recebimento das aposentadorias. Essa presença pode ser

² Pesquisa de campo realizada durante o mês de outubro de 2010, nos Brejos da Barra, município de Barra, localizado na Bahia.

notada com frequência lado a lado ao abandono, por muitos, do cultivo dos roçados, em favor do plantio de hortas nos terreiros próximos a casa. Muitos dos aposentados dizem que de primeiro faziam (capinavam, brocavam, semeavam, roçavam, colhiam) e agora não fazem mais não: pagam pra fazer e só fazem olhar.

Como sugeriu interpretar Silva (2008), a prática de **comer verde** persiste em muitas comunidades camponesas. Mesmo quando não são feitos roçados, com uma produção que pode ser armazenada e comercializada, inclusive fora da estação, quando as mercadorias alcançam os melhores preços, os camponeses plantam um quintal para o consumo da família que vai ser realizado durante a própria safra, quando comem, por exemplo, os feijões, enquanto estão verdes: “porque a gente mora no interior, é ruim demais não ter nem ao menos pra comer verde” (Silva, 2008: 267).

Em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, mas também do Médio São Francisco, escutamos diversas vezes que existem certos produtos (como, por exemplo, o arroz) cujo custo de produção não compensa por ser maior que o preço encontrado no mercado. Assim como ouvimos constantes reclamações de que a produção se torna cada vez mais difícil de ser realizada, porque a terra ou não é propícia para a produção agrícola, ou ficou cansada depois de tanto uso.

Essas situações somam-se às descritas anteriormente, uma vez que a monetarização promovida pelo recebimento de aposentadorias e bolsas, ou seja, reiterada na relação entre camponeses e Estado, garante também o consumo que vai abastecer as despensas com produtos das feiras, que permite comprar o milho que alimenta a criação (quando o dinheiro não é empregado na contratação de camaradas). Esse processo de monetarização provém muitas vezes também do crédito, que além de poder ser tomado na relação com o Estado, como no PRONAF, por exemplo, para comprar gado ou outros animais, igualmente é acessado nos empréstimos de crédito pessoal. Muitas vezes as próprias lojas, semelhantes às Casas Bahia, fazem seus crediários, o que evita que os compradores tenham de recorrer às financeiras.

Uma situação impar que vivenciamos coincidentemente nas comunidades de Ribeirão da Capivara³ e de Brejo do Mato Escuro⁴ foi o advento da eletrificação, acompanhada da chegada de caminhões fretados por lojas de eletroeletrônicos e domésticos, que visitavam as

³ Viagem realizada para o município de Caraí, localizado no Vale do Jequitinhonha mineiro, durante o mês de janeiro do ano de 2009, por ocasião da *Missão do Migrante*, na qual participamos em conjunto com o *Serviço Pastoral do Migrante* (SPM).

⁴ Pesquisa de campo realizada durante o mês de janeiro de 2007, nos Brejos da Barra, município de Barra, localizado na Bahia.

comunidades quase que simultaneamente aos caminhões do programa *Luz para Todos*, oferecendo as novas mercadorias que passariam a poder ser utilizadas. Enquanto algumas famílias visitadas compravam os equipamentos vendidos quase que no ato da instalação da energia elétrica, outras famílias já possuíam, por exemplo, geladeiras e televisores e contavam os dias para poderem utilizá-los com o início do fornecimento de energia elétrica.

A distribuição de crédito para esses camponeses evidencia a necessidade de realizar uma decisão que não se efetiva nas suas condições e opções de consumo, mas sim, antes, foi tomada na produção (social de mercadorias). Os créditos que vêm permitindo que esse campesinato ascenda à assim chamada classe C resultam, portanto, como necessidades e possibilidades para solver o contexto atual de superprodução de mercadorias. A noção de circulação simples, utilizada constantemente para caracterizar o circuito M-D-M, no qual se insere a produção camponesa, deixa transparecer, em sua relação com o sistema financeiro, suas conexões com o processo de reprodução ampliada: processo de acumulação fictício de promessas de valorização do capital dinheiro emprestado que, sendo vendido para o consumo, não poderá ser valorizado na produção.

E não apenas o crédito expõe a relação contraditória aludida: a venda de produtos para a compra de outros, a utilização das rendas improdutivas distribuídas pelo Estado que permite a substituição da produção pela proeminência do produto comprado na cidade, na *rua*. São todos momentos da necessidade de realização das mercadorias superproduzidas que possibilitam que o camponês se reproduza, sobretudo como um consumidor e, portanto, em um processo de reprodução crítica. Mesmo diante dessa condição proeminente de consumidores, reiteramos os circuitos de mobilização do trabalho (improdutivo) que essas rendas criam: empregam diaristas para o trato de roçados e criações e outros empregados, também domésticos que ajudam a cuidar de idosos e crianças, distribuindo um dinheiro que aparece como custo no orçamento estatal.

Ressaltamos assim que são consumidores principalmente porque suas condições de reprodução como camponeses é negada pelo processo que também lhes permite contabilizar se a produção compensa ou não frente ao preço dos produtos que podem ser adquiridos no mercado: as terras parecem pouco férteis e produzem uma colheita diminuta, ocultando a necessidade de remuneração do trabalho que pode permitir a continuidade da produção. A diminuição do emprego do trabalho familiar na terra, acompanhada da utilização das aposentadorias que possibilitam a contratação de camaradas e diaristas define as condições nas quais a compra do produto tem um custo menor que a produção. Justamente porque o

salário de alugado tem que permitir a reprodução desse trabalhador consumindo os produtos da cidade.

O processo de reprodução camponesa, que parece atravessar contraditoriamente diferentes temporalidades (Martins, 1992) encontra suas determinações: na história de muitas famílias das comunidades visitadas o momento que sucede os novos casamentos são os de maior penúria, por causa do número reduzido de braços para trabalhar na lavoura. Passadas as fases de maiores facilidades, quando há muitos filhos para ajudar no roçado e na criação, o atual momento, determinado pela facilidade de acesso ao dinheiro e às mercadorias, caracteriza-se pela diminuição paulatina da presença dos filhos na reprodução. Muitas vezes inclusive por fazer parte das estratégias de reprodução das famílias que possuem aposentados o envio dos mais jovens para estudar e trabalhar nas cidades.

Nesse contexto de presença e ausência dos conteúdos sociais que confirmam a reprodução camponesa, encontramos os termos de sua reposição crítica. As formas de mediação que organizam e permitem essa reprodução passam necessariamente pela relação desses trabalhadores (assim mobilizados) com o Estado, o direito, o acesso ao dinheiro que permite consumir mercadorias. Marcam uma reprodução que promove o encontro das temporalidades que pareciam descompassadas e instauram os termos da impossibilidade de realização desses trabalhadores como camponeses. Marcam também a impossibilidade de sua realização na condição de expropriados, uma vez que os trabalhadores assalariados também experimentam os resultados de sua descartabilidade no processo de acumulação do capital, revelando assim que o processo crítico de reprodução camponesa coincide com o processo crítico de reprodução da sociedade capitalista como um todo.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ADORNO, Theodor. “Sobre sujeito e objeto”. Em: *Palavras e Sinais*. São Paulo: Vozes, 1995.
- FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Campus Presidente Prudente).
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador”. In: SILVA, Sidney Antonio da (org.). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *As transformações contemporâneas da mobilidade do trabalho no Vale do Jequitinhonha mineiro*. 2013. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Editorial Brasil debates, 1980.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- _____. *Tempo da vida e tempo da história no mundo camponês*. 1992. Tese (Livre docência em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I. Tomo I (Volume I). São Paulo: Abril Cultural, Série “Os economistas”, 1983.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I. Tomo II (Volume I/II). São Paulo: Abril Cultural, Série “Os economistas”, 1984.
- NAVARRO, Zander. “Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica”. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro e NAVARRO, Zander (orgs). *A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I. Tomo II (Volume I/II). São Paulo: Abril Cultural, Série “Os economistas”, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: MARQUES, Marta Inês Medeiros e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). *O campo no século XXI: um território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia. *A questão agrária, o Brasil e Caio Prado Júnior*. São Paulo: Mimeo, 2009.
- SILVA, Ana Cristina Mota. *Circulação simples, reprodução ampliada: produção espacial e contradição agrário-urbana no município de Itapipoca, Ceará*. 2008. Relatório de Bolsa de Pós-doutorado (Pós-doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

VEIGA, José Eli da. *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.